



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

CLEIDE GALVÃO DA SILVA

**INTERSUBJETIVIDADE, ORDEM SOCIAL E VISÃO DE MUNDO - A
CONTRIBUIÇÃO DA FILOSOFIA ESCOCESA DO SÉCULO XVIII**

BRASÍLIA

2017

CLEIDE GALVÃO DA SILVA

**INTERSUBJETIVIDADE, ORDEM SOCIAL E VISÃO DE MUNDO -
A CONTRIBUIÇÃO DA FILOSOFIA ESCOCESA DO SÉCULO XVIII**

Trabalho apresentado ao Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília como requisito para conclusão do Curso de Licenciatura em Filosofia na Universidade de Brasília – UNB.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Reis

BRASÍLIA

2017

Monografia de autoria de Cleide Galvão da Silva, intitulada Intersubjetividade, Ordem Social e Visão de Mundo - A Contribuição da Filosofia Escocesa do Século XVIII, apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade de Brasília, em 07 de dezembro de 2017, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Prof.(a):

Prof.(a):

BRASÍLIA
2017

*A minha mãe, Dona Nova, por
tudo. A meu pai Paulo,
postumamente, que neste
momento, onde estiver, estará
orgulhoso.*

*A meu amigo Luís Sérgio, por
sua colaboração e incentivo.*

*A meu filho João Victor, que
teve que se privar da minha
presença durante a realização
deste curso.*

Agradecimentos

*Ao Professor Cláudio Reis,
orientador.
Presença segura, competente e
estimulante.*

*Aos colegas de turma pelo
apoio solidário e espírito
companheiro.*

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo, por meio de pesquisa bibliográfica analisar um conjunto de ideias sistematizadas por um grupo de filósofos escoceses do século XVIII que se notabiliza por sua forma peculiar de abordagem metodológica, baseada na experimentação e observação. Dentre as contribuições mais influentes desse grupo consideramos o conceito de Ordem Social Espontânea como um processo resultante da ação, mas não da intenção deliberada humana. No campo metodológico, outra contribuição importante foi a consideração de fatores intersubjetivos nas decisões humanas, aspecto introduzido por Adam Smith em A Teoria dos Sentimentos Morais, como elemento complementar para explicar a emergência da Ordem Social Espontânea. A visão otimista dos filósofos escoceses sobre a então emergente sociedade capitalista teve enorme influência na ordem social, na economia e na filosofia política desde então. Essa visão, no entanto, teve seus críticos e em consequência trazemos a opinião contrastante de Jean Jacques Rousseau para o devido contraponto, nesse debate que, de certa forma, continua até os dias atuais.

Palavras-chave: Intersubjetividade, ordem social, visão de mundo, natureza humana.

Sumário

1	Introdução.....	8
2	Da Investigação da Natureza Humana na Metodologia Científica.....	11
3	Ciência e Objetividade	13
4	O Surgimento das Ciências Sociais e a contribuição da Filosofia Moral Escocesa14	
4.1	Uma visão contrastante: Rousseau	20
5	Os resultados da Ação Humana, mas não da Intenção Humana - Hayek.....	23
6	Da Teoria dos Sentimentos Morais	27
6.1	O Método na TSM – Simpatia e Subjetividade	29
6.2	Do Prazer da Simpatia Mútua.....	32
7	Conclusão	38
8	Bibliografia.....	41

1 Introdução

Consciência moral não provêm primariamente de regras, ou de princípios, mas indutivamente da experiência emocional concreta.

Justiça e benevolência são dirigidas à felicidade de outros. Essas virtudes podem ser explicadas pelas nossas paixões egoístas ou altruístas. Entretanto, ninguém seria capaz de desenvolvê-las sem considerações pelos sentimentos alheios.

(sobre a Teoria dos Sentimentos Morais – Ad Ernst Tugendhat ms Smith)

Objetividade versus Subjetividade, uma das dicotomias clássicas da ciência e da filosofia. O padrão do conhecimento científico se estrutura na ideia fundamental de que o mundo existe e está aí e que o papel da ciência é perceber, descrever e descobrir as leis fundamentais que regem o seu funcionamento.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é focar o conceito de ordem natural espontânea, desenvolvido no século XVIII por um conjunto filósofos escoceses que se notabilizaram por sua contribuição para o surgimento das ciências sociais, e faremos um recorte, abordando a contribuição Adams Smith apresentados em sua obra Teoria dos Sentimentos Morais – TSM. Essa contribuição é importante por sua influência decisiva no pensamento ocidental, notadamente na teoria econômica. Em Adam Smith tomamos como ponto de partida a leitura unitária de sua obra “Teoria dos Sentimentos

Morais”, em que as regras morais funcionam como coadjuvantes ao operador social da mão invisível no objetivo de viabilizar a ordem social.

Em A Teoria dos Sentimentos Morais Adam Smith inicia afirmando que existem princípios na natureza humana que fazem com que os homens se interessem pelo destino de outros seres humanos e que fazem com que a felicidade daqueles seja necessária e importante para eles, mesmo que o observador não obtenha nada por isso, a não ser o prazer de observar. Exemplo desse tipo de sentimento é a piedade e compaixão que sentimos pela miséria de outros quando a assistimos ou a concebemos de maneira bem viva.

Mas a visão otimista dos filósofos morais escoceses também teve seus críticos ferrenhos, e entre os mais influentes está Jean Jacques Rousseau. Contemporâneo de David Hume e Adam Smith, ele travou um verdadeiro “diálogo” com os filósofos escoceses, sobre o qual trataremos no item 4.1 desse trabalho.

O surgimento das ciências sociais como tentativa de transpor para o campo das relações humanas os métodos das ciências naturais encontra nos filósofos morais escoceses uma importante contribuição. A moral como espaço das relações humanas exigindo investigações rigorosas quanto aos princípios subjacentes que fundamentam os sistemas sociais. A consideração sobre os motivos que justificam os comportamentos morais bem como o desenvolvimento de um método analítico baseado na observação e na introspecção. Parece paradoxal que o chamado pai da ciência econômica moderna - normalmente associado aos conceitos de mercado e autointeresse, tenha se debruçado tão profundamente sobre questões como justiça e benevolência.

Mas isso não parece ter ocorrido por acaso. O surgimento da chamada ordem social, a partir da visão sistêmica, como resultado da ação humana e não da intenção humana, onde a ação pulverizada de milhões de agentes econômicos buscando o próprio interesse particular interagindo num ambiente de ampla liberdade de iniciativa e de respeito às regras sociais, produzem uma ordem econômica que parece resultado da ação de uma “mão invisível”. Tal sistema não parece ser possível sem uma cultura do respeito coletivo (ou institucional) e pela preocupação dos homens com o destino dos outros homens. Esse parece ser o fio condutor que explica o aparente paradoxo que envolve as duas maiores obras de Adam Smith, a Teoria dos Sentimentos Morais e A Investigação sobre as Causas da Riqueza das Nações.

Mas, além disso, também no campo metodológico, a TSM inova porque traz uma forma inovadora de analisar o fenômeno social que é o objeto dessa nova ciência - social -, que procura, no iluminismo do século XVIII, ampliar o escopo da investigação científica do mundo natural para o espaço das relações humanas.

É sob esse ponto de vista que pretendemos trazer à tona a Teoria dos Sentimentos Morais de Adam Smith, e dos seus principais comentadores. Para tanto faremos um breve resumo dos desenvolvimentos da metodologia científica dos últimos séculos para situar e contextualizar a contribuição de Adam Smith e do grupo de filósofos cuja obra ficou conhecida pela alcunha de Filosofia Moral Escocesa do século XVIII.

2 Da Investigação da Natureza Humana na Metodologia Científica

Os avanços das ciências naturais na esteira da revolução científica do século XVII são os mais impressionantes. Sua investigação da natureza produziu um elegante e poderoso conjunto de teorias que não apenas expandiu o conhecimento do mundo natural, mas também aumentou o poder e o controle do homem sobre a natureza. A física moderna, ícone e modelo desse movimento, lançou muitas luzes sobre os mistérios da origem do universo e sobre as fontes da energia solar, mas também incentivou o surgimento de tecnologias que levaram ao surgimento dos computadores, da energia nuclear e da exploração espacial.

Dado o evidente sucesso das ciências naturais, muitos filósofos e cientistas sociais se apressaram para importar os métodos das ciências naturais para o estudo do mundo social. Se fosse possível às ciências sociais atingirem o poder explanatório e preditivo das ciências sociais, muitos sérios problemas sociais como a violência, a pobreza, a melhoria da performance das instituições e a melhoria do bem-estar humano, poderiam em tese, também serem resolvidos.

À ciência compete descobrir, pela experiência e observação, as leis que regulam os processos da natureza. Na versão mais aceita na filosofia da ciência, o chamado “Racionalismo Crítico” de Karl Popper, toda teoria científica é provisória, uma vez que é impossível confirmar a verdade de uma teoria pela sua simples verificação¹. No máximo uma teoria que passe pelo teste da verificação detém apenas o status de ainda não ser contrariada pelos fatos. Uma teoria ainda não contrariada pode

¹ Popper (1972), página 41.

vir a ser refutada por um único experimento ou ocorrência que a contrarie.

Esse método científico ficou conhecido como falsificacionismo e foi inicialmente desenvolvido por Karl Popper na década de 1930. O Racionalismo Crítico popperiano representou uma resposta ao indutivismo então prevalecente que supunha ser possível inferir uma regra geral a partir de uma série de enunciados particulares. Para citar o exemplo muitas vezes utilizado por Popper em “A Lógica da Pesquisa Científica”, não seria logicamente consistente, a partir da observação de que todos os cisnes até então observados serem brancos, afirmar que todos os cisnes são brancos, porque sempre será possível que algum dia um cisne preto seja observado. O falsificacionismo popperiano representou a solução do problema da indução, apresentado por David Hume no século XVIII. Hume mostrou que o indutivismo (só a experiência pode decidir sobre a verdade ou falsidade de um enunciado científico) era logicamente inadmissível. O falsificacionismo tornou-se o princípio que passou a cumprir o papel de critério de demarcação para julgar a cientificidade das proposições (Popper, 1972).

Uma teoria não falsificada, portanto, tem um caráter provisório, até que novos fatos supervenientes venham a contrapô-la. O falsificacionismo é uma visão progressiva da dinâmica científica, que prevê que o avanço da ciência levará ao surgimento de novas teorias que se contraponham às existentes e apresentem soluções aos vazios deixados pelas anteriores.

3 Ciência e Objetividade

Tudo o que existe no universo, desde as coisas mais prosaicas como mesas e cadeiras, substâncias como a água e o ar, seres vivos como animais e plantas e até os corpos celestes como planetas e galáxias, além de ideias abstratas como amizade e falsidade são genericamente designados pelo termo objeto. É trabalho do ramo filosófico da Ontologia indagar e investigar a natureza e as características de tudo que existe e até mesmo especular sobre o que existe e o que não existe.

O homem observa os objetos e deriva daí sua compreensão sobre o mundo. Configura-se dessa forma uma relação entre sujeito e objeto. As especulações sobre as capacidades humanas para compreender o mundo estão no campo de estudo da Epistemologia. A ciência se propõe a explicar o mundo a partir de um paradigma que consiste em considerar a existência de objetos que são percebidos por sujeitos observadores. Ou seja, o mundo existe e pode ser observado, descrito e analisado. Este paradigma se mostrou adequado para explicar os fenômenos naturais. As famosas Leis de Newton da gravitação universal, apresentadas no século XVIII, consagraram esse paradigma metodológico. A partir da observação criteriosa de fenômenos particulares o cientista procura identificar padrões e regularidades que revelam certos princípios subjacentes que regulam o comportamento ou funcionamento de determinado sistema. Estes princípios, normalmente designadas leis, estão presentes na natureza e é tarefa da ciência descobri-los e representá-los na forma de modelos ou teorias abstratas. A matemática foi uma linguagem utilizada por Newton para expressar sua teoria. Para tanto a própria linguagem matemática foi ampliada com a invenção do cálculo diferencial, uma contribuição fundamental de Isaac Newton.

As impressionantes realizações de Isaac Newton chamaram a atenção não apenas dos filósofos e pensadores das ciências naturais. Os chamados filósofos morais como eram designados no século XVIII, passaram a tentar se espelhar nos métodos newtonianos para descobrir ou revelar os princípios subjacentes que regulam os fenômenos ligados ao comportamento e ação humanos. Um grupo de pensadores escoceses da segunda metade de século XVIII se notabilizou por sua forma peculiar de abordagem metodológica, baseada na experimentação e observação e por isso são designados empiristas. Dentre os mais influentes membros desse grupo estão Ferguson, Millar, Robertson, Hume e Adam Smith.

4 O Surgimento das Ciências Sociais e a contribuição da Filosofia Moral Escocesa

Para as ciências naturais o principal objetivo é a descoberta da verdade, ou, dito de outra forma, o discernimento entre o verdadeiro e o falso, para as ciências morais e éticas, por seu turno, a principal questão é a descoberta ou revelação da distinção entre o certo e o errado e as implicações desta descoberta para o estudo das sociedades modernas – assim como, para a Estética, a questão central é a distinção entre o que é feio e que é belo. O ponto de partida desses filósofos consistiu na descoberta dos princípios e métodos adequados para a investigação dos fenômenos decorrentes das ações humanas. Nesse sentido, a importância dos filósofos morais escoceses está na sua contribuição para o desenvolvimento de uma metodologia adequada bem como para a descoberta dos princípios que fundamentam a ação humana, principalmente no ambiente da civilização.

David Hume, considerado um dos filósofos mais profícuos do grupo da filosofia moral escocesa, em sua “Investigação sobre os Princípios gerais da Moral”, inicia sua argumentação considerando um

aspecto fundamental, qual seja, as distinções morais. Colocando a questão de outra forma: é possível chegar a uma conclusão sobre o que é certo e que é errado? Após considerar, por observação e por introspecção, que essa distinção realmente existe, ou seja, que existe concordância entre os homens sobre o que é certo e o que é errado, em parte para indagar quais os fundamentos da moral que justificam essas distinções e se esses fundamentos derivam da razão ou do sentimento. Para Hume, a razão é útil para organizar o pensamento pelo uso de argumentos e deduções, sendo uma forma de expressão universal, ou seja, comum a todas as pessoas. O sentimento, por sua vez, baseia-se em respostas imediatas e funda-se na estrutura e constituição próprias do homem. Sendo assim, Hume propõe-se a analisar o complexo de qualidades mentais de um ser humano, ou seja, o que faz alguém ser objeto de estima ou de ódio e desprezo. O método proposto se baseia na observação e na experiência.

Hume inicia sua análise considerando dois aspectos do comportamento moral: a benevolência e a justiça e desenvolve sua argumentação procurando deduzir por argumentos lógicos e por introspecção as razões para o comportamento moral dos homens, ou seja, quais seriam os motivos ou princípios fundamentais que movem as pessoas a se comportarem de maneira moralmente aprovável. O significado da palavra justiça nesse contexto está associado à ideia de garantia à segurança, à propriedade privada e às obrigações assumidas. A ausência de justiça corresponde a uma situação de caos social em que a maior parte da energia dos homens seria dirigida para a sua proteção individual e para a luta de todos contra todos. Hume observa que a justiça – e as leis que regulam e tutelam a propriedade privada, como a herança, a prescrição e a posse – são necessárias por sua utilidade para a preservação da tranquilidade e da ordem social.

Para demonstrar isso, Hume recorre ao artifício de imaginar situações-limite nas quais a justiça seria hipoteticamente desnecessária. Por exemplo, num mundo de total abundância, onde os homens pudessem satisfazer todas as suas necessidades e desejos sem necessidade de desprender nenhum esforço, não haveria motivos para a existência da ideia de propriedade, pois seria totalmente inútil, visto aos homens de tal sociedade não haveriam motivos para preservar a propriedade dos bens uma vez que já dispunham de tudo o que precisassem. Também numa situação hipotética oposta de total escassez a ideia de propriedade privada seria também supérflua uma vez que a situação de emergência levaria as pessoas a tomarem atitudes de considerar outros valores mais importantes do que a propriedade, tais como a preservação da vida ou a satisfação de necessidades primárias. Desse raciocínio Hume infere uma conclusão que tem profundas consequências como justificativa para o comportamento ético e moral: a utilidade como fator primordial e como fundamento subjacente para justificar as ações dos homens. O uso, no caso, de uma regra moral se explica pela sua funcionalidade, ou seja, por proporcionar felicidade e segurança, que são a base para a preservação da ordem na sociedade.

Algumas das ideias delineadas por David Hume e também desenvolvidas por outros representantes da filosofia moral escocesa se tornaram fundamentais para os desenvolvimentos futuros, tanto no campo metodológico como também como construções teóricas que se tornaram a base das nascentes ciências sociais. As virtudes como fundamento da vantagem, ou seja, a ideia dessa interdependência entre o comportamento moral e o interesse, por contraditório que pareça, é uma das ideias mais influentes e amplamente difundidas.

Sobre Adam Smith, o autor Dugald Stewart, um dos seus mais citados biógrafos, observa que em a Teoria dos Sentimentos Morais,

Smith inicia comparando as sociedades selvagens do passado com as atuais e indagando quais foram os passos que marcaram essa transição. Ao fazer essa reflexão, observa que faltam muitas informações sobre esses passos uma vez que grande parte dessa evolução ocorreu em épocas remotas quando não havia formas de registrar os fatos. Para suprir essa lacuna, Smith então propõe uma forma de especulação baseada numa análise introspectiva dos princípios da natureza humana.

A contribuição de Adam Smith para o desenvolvimento das ideias que fundamentaram as ciências sociais é decisiva, conforme pode ser observado pela grande influência desse autor nos desenvolvimentos futuros. Embora seja mais conhecido pela sua contribuição à ciência econômica, muitos autores modernos reconhecem a importância da sua Teoria dos Sentimentos Morais como importante por seus *insights* metodológicos bem como para a elucidação dos mecanismos que conduzem à emergência da chamada “ordem natural” nas sociedades modernas. Seu método de mergulhar introspectivamente para derivar os motivos da ação humana é reconhecido como uma grande contribuição intelectual. A primeira frase da Teoria dos Sentimentos Morais já revela essa perspectiva:

”Por mais egoísta que suponha o homem, evidentemente há alguns princípios de sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte dos outros, e considerar a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela.” (TSM-SMITH)

Para Smith “somente podemos formar uma ideia do que outros homens sentem se imaginarmos o que nós mesmos sentiríamos numa situação semelhante”, ou seja, os objetos primários de nossas percepções são as ações dos outros homens. Como sublinha o biógrafo

Dugald Stewart, sua investigação tem por objetivo elucidar como os homens julgam a conduta dos seus próximos e como ao aplicarmos esses juízos sobre nós mesmos adquirimos um senso de dever sobre o que norteia nossas ações.

Mas, de todas as ideias que floresceram nessa época e nesse ambiente, uma cuja influência é das mais duradoras, é a noção de “ordem natural”, para designar o resultado da ação - e não da intenção - humana na forma de padrões observáveis no nível da sociedade como um todo. Essa ideia, que está presente na Investigação de Hume foi magistralmente formulada por Adam Smith em sua Investigação sobre as Causas da Riqueza das Nações, recebendo inclusive uma sugestiva denominação de “mão invisível”. É curioso observar que apesar dessa genial expressão ter sido originalmente criada para denotar o efeito benéfico para toda a sociedade quando ocorre uma sintonia entre os seus membros, seu sentido foi praticamente invertido no século XX pelos críticos de tendência socialista, passando a denotar uma forma de dominação oculta por parte de uma classe dominante sobre a classe trabalhadora. De fato o pensamento antiliberal prosperou nos séculos XIX e XX e muitas críticas foram lançadas sobre os pensadores liberais do século XVIII. A influência arrebatadora de Karl Marx foi tão extrema que alguns dizem que esse autor de certa forma moldou o século XX. Marx foi um filósofo alemão que sofreu a influência decisiva de uma linha de pensadores que desenvolveram uma filosofia sofisticada em termos de sua linguagem e do alto nível de abstração de suas ideias, os quais, apesar da sua grande influência, também não ficaram isentos de crítica. Alguns importantes pensadores de sua época (Shopenhauer, 1778-1860) foram ácidos críticos dessa escola filosófica.

O fato é que a mão invisível de Adam Smith e a ideia associada de ordem natural atingiram o status de celebridade como um

dos dos fundamentos da emergente ciência econômica, e de certa forma cunharam seu autor como pai da ciência economia. Porém do ponto de vista filosófico, um aspecto dos mais significativos é a sua importância como justificativa e até mesmo como fundamento da moral. A influência da filosofia moral escocesa, contudo não se restringe à ciência econômica e de fato vai além para atuar no campo da filosofia política e por consequência, entre outras áreas, como no direito e mais fortemente no direito constitucional.

Um autor que se destacou no século XX por sua releitura da filosofia moral escocesa à luz dos desenvolvimentos mais recentes foi Frederick A. Hayek. Nos próximos parágrafos fazemos um breve retrospecto das principais ideias de Hayek, tendo como referência seu livro *Direito, Legislação e Liberdade*.

Frederick A Hayek é um conhecido representante ilustre da escola austríaca de economia política, uma tradição iniciada com Karl Menger no final do século XIX e mais conhecida por sua influência na ciência econômica. Porém a contribuição de Hayek no campo da filosofia política é inquestionável, sendo uma de suas obras, “*Direito, Legislação e Liberdade*”, uma leitura obrigatória para os interessados em questões de filosofia do direito. No capítulo seis da sua obra “*Estudos em Filosofia, Política e Economia*”, Hayek desenvolve uma interessante linha de argumentação em que revive a noção de ordem natural. No capítulo “*Os Resultados da Ação Humana, mas não da Intenção Humana*”, Hayek mostra onde – na sua visão –, está o erro básico dos pensadores chamados “*construtivistas racionais*”, os quais acham que a tarefa da ciência social e dos doutrinadores seria desenhar e projetar uma ordem social ótima, mais ou menos como um engenheiro desenha e projeta um artefato complexo como uma usina nuclear ou um avião supersônico. Hayek cunhou o termo “*construtivismo racional*” para designar os

pensadores mais identificados com o socialismo e críticos do paradigma liberal como veremos a seguir. O próximo item é um resumo do citado texto de Hayek.

4.1 Uma visão contrastante: Rousseau

Contudo, a visão otimista da sociedade que permeou a obra dos filósofos iluministas escoceses encontrou oposição em muitos pensadores europeus da época, sendo um dos mais importantes Jean-Jacques Rousseau. As críticas de Rousseau foram tão desafiadoras que alguns observaram a influência dessas críticas sobre o trabalho de Smith. A Teoria dos Sentimentos Moraes conteria elementos de resposta, ainda que sutil e indireta, a Rousseau. É importante observar que a controvérsia Adam Smith versus Rousseau tornou-se um tema atual entre estudiosos de filosofia política porque muitos dos argumentos discutidos por esses autores ainda são relevantes para o mundo atual. Além disso, a leitura mais profunda desses dois grandes filósofos revela também muitas semelhanças no pensamento deles. E as diferenças entre eles se apresentam mais em termos das soluções propostas do que no diagnóstico dos problemas.

Dentre as observações de Rousseau sobre a sociedade de sua época, estão questões sobre educação e sobre o mercado (ou comércio, termo mais usado na época). Rousseau critica a educação popular sob o argumento de que esta corrompe as pessoas comuns e seduz o homem para valores incompatíveis com o espírito público. Para ele a sociedade comercial (de mercado) produz muita iniquidade, torna as pessoas fracas e indolentes e cria desejos que não podem ser satisfeitos. Nessa sociedade a prosperidade tem um custo: nosso bem estar e nossa felicidade.

Smith, contrariamente à visão estereotipada do seu pensamento muitas vezes propagada, também critica o mercado. Ele observa que a especialização do trabalho lava o trabalhador à ignorância e por isso defende a educação pública como forma de minimizar os efeitos negativos do comércio sobre os trabalhadores. Para ele, pessoas educadas tendem a ser mais decentes, organizadas, comprometidas e controlam o fanatismo religioso. O comércio incentiva valores como confiança, honestidade, cooperação, comprometimento, gentileza e polidez. No mundo moderno (estamos falando do século XVIII) a visão de política está mais associada com a ideia de civilização, cosmopolitanismo e paz entre as nações; em contraste com a visão helenística de barbárie, xenofobia e belicosidade. Também a moralidade burguesa está associada a valores como frugalidade, economia, moderação, trabalho, sabedoria, tranquilidade, ordem, regras. O comércio e as trocas, no longo prazo, pela necessidade dos negociadores cultivarem sua reputação no mundo dos negócios, reforçam esses valores. Smith no entanto concorda com Rousseau quanto aos efeitos negativos potenciais do comércio e como resposta defende que o governo deve ter atenção a esses problemas - “the most serious attention” -, (Flandres, 2008).

Rousseau (1712-1778) foi um dos maiores pensadores europeus do século XVIII, e o primeiro filósofo ocidental a insistir em que nossos julgamentos devem se basear nas exigências dos sentimentos e da razão. Rousseau introduziu na corrente principal filosófica ocidental três ideias revolucionárias, que desde então tem desempenhado um papel de imensa importância quando analisamos a intersubjetividade entre os indivíduos em uma sociedade. A Primeira é que a civilização não é uma coisa boa, como todos sempre presumiram; nem sequer uma coisa neutra, mas efetivamente uma coisa ruim. A Segunda é que devemos exigir que tudo em nossas vidas, quer privadas, quer públicas, atenda às exigências, não da razão, mas do sentimento e dos instintos naturais – em outras

palavras para ele o sentimento deve substituir a razão como nosso guia na vida e no julgamento. A terceira é que uma sociedade humana é um ser coletivo com uma vontade própria que é diferente da soma das vontades de seus membros individuais, e que o cidadão deve subordinar inteiramente a essa “*vontade geral*”.

Sobre o primeiro ponto, por acreditar que nossos instintos naturais são bons, Rousseau acreditava que os seres humanos foram corrompidos pela experiência de crescer em sociedade, sua visão do estado de natureza era diretamente oposta à de Hobbes: o homem num estado natural é um “bom selvagem”, segundo Rousseau. Mas uma criança que cresce numa chamada sociedade civilizada é ensinada a dobrar e sufocar seus instintos naturais, a reprimir seus verdadeiros sentimentos, a impor sobre as emoções as categorias artificiais do pensamento conceitual, e a fingir que não pensa nem sente todo tipo de coisa que de fato pensa e sente, enquanto finge pensar e sentir todo tipo de coisa que de fato não pensa e não sente. O resultado é a alienação de seu eu verdadeiro e a falsidade e a hipocrisia que invadem tudo. Assim, a civilização é a corruptora e destruidora dos valores verdadeiros – e não, como as pessoas sempre parecem supor, sua criadora e propagadora, então é por assim dizer, civilizar a civilização – devemos mudá-la de modo a permitir a mais plena e livre expressão de modo a permitir a mais plena e livre expressão de nossos instintos naturais. Rousseau elevou e glorificou o lugar do sentimento e da emoção sobre o da razão e do autocontrole em seu principal romance *A nova Heloísa*. (MAGEE-2002, p. 128)

Rousseau defendia mudanças fundamentais nos sistemas educacionais para libertar o indivíduo das algemas psicológicas da civilização. Para ele a educação não deve visar, como em sua época, reprimir e disciplinar as tendências naturais da criança, mas, ao contrário,

encorajar sua expressão e desenvolvimento. O veículo principal de instrução não deveria ser de instrução verbal, muito menos livros, mas a prática é exemplo, em outras palavras a experiência direta das pessoas e das coisas. O ambiente natural para isso acontecer é a família, não a escola; e seus estímulos naturais são a solidariedade e o amor, não as regras e punições. O livro em que Rousseau propôs tudo isso foi *Emílio* – e é provável que esse livro tenha tido mais influência sobre os desenvolvimentos educacionais na Europa do que qualquer outro jamais teve. (MAGEE–2002, p.128)

A filosofia política de Rousseau teve enorme influência, e forneceu grande volume emocional e intelectual aos movimentos revolucionários de sua época; e oferecia uma concepção de democracia fundamentalmente diferente da de Locke (1632-1704), considerado o pai fundador do empirismo e de tudo o que dele decorre, concepção que floresceu e foi ativamente seguida até o final do século XX. O núcleo da ideia de democracia de Rousseau é a imposição compulsória da vontade geral – “Liberdade, Igualdade, e Fraternidade”, enquanto o núcleo do modelo de Locke é a proteção e a preservação da liberdade individual. A obra de Rousseau foi o primeiro ataque de um filósofo importante contra o Iluminismo, sobretudo contra os apelos à soberania da razão, ele lançou uma tendência no pensamento e na arte ocidental que permaneceu poderosa desde então, o desejo de jogar fora as amarras da razão e dar expressão desenfreada ao sentimento e ao instinto, segundo Rousseau “*O homem é bom por natureza, amante da justiça e da ordem*”. (MAGEE – 2002, p.127)

5 Os resultados da Ação Humana, mas não da Intenção Humana - Hayek

Hayek (1967) explica que a crença na superioridade do projeto deliberado e no planejamento em relação às forças espontâneas

da sociedade só entra explicitamente no pensamento Europeu com o racionalismo construtivista de Descartes. Mas ele teria suas origens numa dicotomia mais antiga que provém da Grécia antiga mas que ainda hoje se constitui em grande obstáculo para a compreensão apropriada das tarefas da teoria social e da política social. Trata-se da divisão equivocada de todos os fenômenos em duas categorias: os fenômenos “naturais” (*physei*) e os fenômenos “artificiais” (*thesei* ou *nomō*). Com a adoção por Aristóteles dessa divisão, ela acabou se tornando parte integral do pensamento Europeu – e, por consequência, do ocidental.

O problema é que existe um tipo distinto de fenômeno que não se enquadra em nenhuma das duas categorias citadas. Esse tipo de fenômeno corresponde àquelas instituições que foram identificadas por Adam Ferguson no século XVIII como resultantes da ação humana, mas não da intenção ou planejamento humano – moeda, língua, música são os exemplos ilustrativos. Nem os gregos nem seus sucessores da idade média desenvolveram uma teoria social capaz de dar conta explicitamente de como poderia emergir na sociedade, a partir da conjunção de ações individuais, uma ordem espontânea ou regularidade a qual não teria sido resultado da intenção de nenhuma das pessoas atuantes num determinado contexto social. Não havia ficado claro até então que era necessária uma classificação dos fenômenos em três categorias: 1) Fenômeno natural, no sentido de ter vindo à tona de maneira completamente independente da ação humana; 2) Fenômeno artificial ou convencional, no sentido de surgido como produto da intenção humana; e 3) Categoria intermediária, compreendendo todos aqueles padrões e regularidades não intencionais que verificamos existirem nas sociedades humanas e cuja explicação é tarefa da teoria social.

Essa terceira categoria careceria de um termo amplamente aceito para ser designado. Infelizmente o termo mais apropriado para este propósito, que seria, ‘social’, por um curioso desenvolvimento, assumiu um significado quase oposto ao que seria desejado: como resultado da personificação da sociedade, fruto da dificuldade em se reconhecê-la como uma ordem espontânea, a palavra ‘social’ passou a descrever os propósitos da ação concertada deliberada e intencional.

É importante observar que, até o surgimento da teoria social moderna no século XVIII, os termos utilizados para designar aquelas regularidades observadas nas interações humanas que não eram produzidas pela ação intencional, eram ‘natural’ ou ‘organismo’. Ambos foram utilizados para denotar a ordem espontânea em contraste com a ordem inventada ou planejada. Foi questionando como haveria de funcionar um mundo em que não houvesse qualquer interferência de ações estatais que emergiram com sucesso os questionamentos da teoria social e particularmente da teoria econômica. Porém, no século XVII, esta visão tradicional foi sobrepujada por outra, dentro do espírito do então ascendente construtivismo racionalista que interpretava o “natural” como o produto do planejamento da razão. Finalmente, foi reagindo a esse racionalismo cartesiano que os filósofos morais britânicos do século XVIII construíram uma teoria social que colocou em posição central “os resultados não intencionais de ações humanas individuais”, e particularmente desenvolveram uma teoria estruturada da ordem espontânea dos mercados.

Um aspecto decisivo, se bem que pouco considerado – fundamental para a compreensão do problema da teoria jurídica -, é o fato de que Adam Smith não falou em “harmonia de interesses” sem qualquer relação com o desenvolvimento das instituições (regras) sociais. A questão do desenvolvimento de regras gerais amplamente aceitas e

compatíveis com produção de resultados gerais ótimos – por exemplo, respeito aos contratos –, portanto possibilitando a reconciliação de interesses divergentes era uma questão central do argumento de Adam Smith, embora esse aspecto do problema tenha sido melhor desenvolvido por outros autores. Em outras palavras não é sempre que o principal motor da natureza humana, o autointeresse (*self love*) produz resultados ótimos. Apenas ele *pode* propiciar este resultado, não se constituindo em condição suficiente.

O ponto importante que foi explicado por seguidores de Adam Smith é a forma particular como teriam se formado e desenvolvidos as instituições sociais, ou seja, através de um processo de eliminação daquelas regras que se mostraram ineficazes do ponto de vista de impulsionarem o desenvolvimento de relações humanas conducentes à produção de resultados gerais positivos não intencionais. Exemplo disso teria sido a extinção do sistema escravocrata e sua substituição pelo sistema de trabalho livre. A teoria da evolução das instituições que levaram à formação de uma ordem espontânea mantém uma analogia com a teoria da evolução de outras ordens espontâneas particulares que são normalmente chamadas de organismos (biologia, por exemplo).

A contribuição da filosofia moral escocesa para a história das ideias é inquestionável como ficou bem demonstrado nesses breves resumos. Os impactos dessas ideias perduram e as controvérsias advindas do confronto entre essas visões do mundo e seus críticos continuam a permear o debate no campo da filosofia política e em outras áreas das ciências humanas. Nesse sentido, a contribuição de Hayek é iluminadora por trazer novos dados e um olhar profundo e perspicaz sobre as ideias dos filósofos morais escoceses; indubitavelmente, muito temos a ganhar com a leitura de tão iluminadas ideias.

6 Da Teoria dos Sentimentos Morais

Em a TSM Adam Smith fala sobre uma questão essencial da vida em sociedade, qual seja, como podemos avaliar o que as outras pessoas sentem? Essa questão é importante porque constantemente em nossa vida somos levados a realizar este tipo de avaliação, seja a vida familiar ou no mundo do trabalho, nos lazeres e nossas decisões estão sempre vinculadas a esta percepção sobre os sentimentos dos outros.

Trata-se de uma questão relevante não apenas do ponto de vista individual, mas também e talvez principalmente, dada as suas repercussões sobre a estabilidade e a prosperidade da vida em sociedade, para o mundo das relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Os afetos, os sentimentos, e seus diversos tipos e formas de manifestação como a tristeza, o luto, o sofrimento, a alegria, os prazeres, são os objetos de sua análise.

A obra de Adam Smith está sempre permeada pela ideia de ordem social ou ordem geral. Na TSM encontramos claras referências a essa ideia. Por exemplo, na Parte I, Seção I, Capítulo I, Da Simpatia, quando fala sobre a maneira como formamos ideia de como os outros são afetados pelas paixões, ou seja, quando imaginamos o que nós mesmos sentiríamos se estivéssemos no lugar do outro. Ao tratar das exceções, cita o exemplo da simpatia para com os mortos, ou de como reagimos diante da situação dos mortos, diz:

"É por essa verdadeira ilusão da imaginação que se torna tão terrível para nós a previsão da nossa própria morte [...]. E daí nasce um dos mais importantes princípios da natureza humana, o terror da morte - grande veneno da felicidade, mas grande freio da injustiça humana, que, se de um lado aflige e mortifica o

indivíduo, guarda e proteja a humanidade". (TSM-SMITH)

Encontramos aqui a recorrente dicotomia indivíduo versus sociedade. Em outra passagem (Parte II, Seção I, Capítulo IV), quando trata sobre como julgamos a conveniência dos afetos ou sentimentos alheios, ele diz:

"Esses dois sentimentos [o sentimento do observador e o da pessoa que está sendo observada] podem ter uma tal correspondência um com o outro de forma a ser suficiente para a harmonia da sociedade." ."(TSM-SMITH)

Mais uma vez aqui a referência a esta ligação entre o particular e o geral, revelando a visão sistêmica das suas análises. De forma menos direta o comentário a seguir, no mesmo capítulo também traz uma referência à vida em sociedade:

"Por isso, a companhia e a conversa são os mais poderosos remédios para restituir a tranquilidade [...] e também os melhores preservadores desse caráter feliz e equilibrado". (TSM-SMITH)

As primeiras frases da Teoria dos Sentimentos Morais resumem a essência de sua doutrina. Ao enfatizar essa interdependência das percepções afetivas entre os homens, traz à luz a importância desses fatores para a construção da vida social e das instituições na sociedade moderna. O filósofo cumpre aí o seu papel de observador sistêmico e por suas lentes apuradas, desvenda verdades muitas vezes percebidas e poucas vezes trazidas à luz da consciência pelo homem comum.

A visão corrente e amplamente difundida do liberalismo como sistema excludente e fundado no princípio do egoísmo e da ganância encontra aqui forte contraste. A observação acima, feita por aquele que é considerado o pai da ciência econômica moderna e ícone do liberalismo, não deixa de ser surpreendente. Nessa passagem fica claro o objeto de estudo da Teoria Moral, a investigação sobre os princípios da natureza humana que o fazem se interessar pela sorte dos outros homens. Smith também possui os seus ombros de gigantes sobre os quais se apoiar. Na Parte VII, Dos Sistemas de Moral, ele analisa as teorias morais dos gregos antigos, enfatizando Platão, Aristóteles e os Estoicos, e sobre a visão desses últimos cita a seguinte passagem:

"A natureza nos ensina que, a prosperidade de dois é preferível à prosperidade de um, e a de muitos, ou de todos, deve ser infinitamente maior." (TSM-SMITH)

O que essa passagem deixa evidente é que o tema em questão, é um traço recorrente nas teorias morais clássicas, que Smith retoma para incluir no seu discurso. Ele mesmo reconhece isso, quando diz:

"Se examinarmos as mais celebradas e extraordinárias teorias que foram oferecidas relativas à natureza e origem dos nossos sentimentos morais, verificaremos que quase todas coincidem com alguma parte ou outra da versão que tenho me empenhado em oferecer." (SMITH)

6.1 O Método na TSM – Simpatia e Subjetividade

Na Parte I da Teoria, Smith indaga como seria possível comparar os sentimentos e paixões entre os homens oriundos das afetações que os objetos do mundo físico e do mundo social infligem

sobre os homens. Smith inicia afirmando que só pela imaginação é possível conceber ou avaliar como os outros são afetados por suas emoções e sentimentos, tanto em grau quanto em qualidade.

"Somente podemos formar uma ideia da maneira como os outros são afetados se imaginarmos o que nós mesmos sentiríamos numa situação semelhante. Apenas pela imaginação nos é possível conceber como os outros são afetados. Pela imaginação podemos nos colocar no lugar do outro e concebemo-nos sofrendo os mesmos tormentos. Essa é a fonte da nossa solidariedade para com a desgraça alheia." (Smith)

"Toda faculdade de um homem é a medida pela qual ele julga a mesma faculdade em outro. Julgo sua visão por minha visão, seu ouvido por meu ouvido, sua razão por minha razão, seu ressentimento por meu ressentimento, seu amor por meu amor. Não possuo nem posso possuir nenhum outro modo de julgá-las." (Smith)

O método utilizado essencialmente envolve um espectador que faz uma comparação entre (o que ele considera que seja) as emoções de outra pessoa (a pessoa principalmente considerada) e as suas próprias (do espectador) numa determinada situação, um procedimento indubitavelmente complexo. Smith utiliza abundantemente o termo "simpatia" para conotar solidariedade, porém ele observa que o significado desse termo "pode ser usado, sem grande impropriedade", não apenas para referir-se aos infortúnios e sofrimentos alheios, mas também a outros tipos de situação em que uma pessoa participa, ou compartilha dos sentimentos de outra pessoa. Eu simpatizo com você quando eu compartilho sua ira vingativa, ou o seu prazer por uma boa comida, não apenas quando eu compartilho da sua dor. "Simpatia", como

utilizado por Smith tem um significado semelhante ao termo mais moderno "empatia", o qual não era utilizado no século XVIII. Os editores da TSM (Raphael e Macfie, 1976) observam a necessidade de se considerar essa definição ampla de simpatia e assim evitar o equívoco de igualar simpatia a benevolência e, por extensão considerar que a TSM trata de altruísmo da condição humana enquanto a Riqueza das Nações trata do egoísmo.

"Piedade e compaixão são palavras que com propriedade denotam nossa solidariedade pelo sofrimento alheio. Simpatia, embora originalmente sua significação fosse a mesma, pode agora ser usada, sem grande impropriedade, para denotar nossa solidariedade com qualquer paixão." (SMITH)

A partir desse procedimento que podemos chamar de intersubjetivo, de se colocar no lugar do outro, Smith extrapola para desvendar a forma como as emoções ou paixões, podem ser classificadas como positivas ou negativas. A intenção claramente parece ser a de extrapolar o significado do termo e desenvolver uma visão que permitirá distinguir as diversas formas com que os seres humanos compartilham seus sentimentos. O termo "simpatia", portanto é utilizado para designar os vários tipos de argamassa emocional que mantém unidos o tecido e os relacionamentos sociais (Fleischacker, 2012).

A partir da visão ampliada do significado do termo simpatia, uma relação se estabelece entre a ideia de simpatia e o julgamento ou aprovação moral da ação humana. Aprovamos as paixões dos outros quando simpatizamos e desaprovamos quando não simpatizamos. Na parte II da TSM, Do Mérito e Demérito, ou dos objetos de Recompensa e Punição, Smith inicia enfocando o mérito e o demérito como um outro tipo de aprovação ou desaprovação, diferente de

conveniência ou inconveniência, como aquela que dá ensejo às recompensas ou punições.

6.2 Do Prazer da Simpatia Mútua

Ainda na Parte I, Do Prazer da Simpatia Mútua, Smith observa os efeitos da simpatia dos outros sobre as nossas emoções:

"Nada nos agrada mais do que observar em outros homens solidariedade com as nossas próprias emoções; e nada nos choca mais do que a aparência do contrário. A simpatia reaviva e alegria e alivia a dor. E desejamos muito mais comunicar nossas paixões desagradáveis do que as agradáveis e extraímos mais satisfação da simpatia dos outros com as últimas. O mais cruel insulto com que se pode ofender os infelizes é parecer desdenhar de suas calamidades."

Aprovamos as paixões dos outros quando simpatizamos e desaprovamos quando não simpatizamos. Nossos próprios sentimentos são os critérios e medidas pelas quais julgamos os seus. Nós humanos somos repletos de sentimentos; é difícil imaginar uma pessoa que não possui nenhum tipo de sentimento, bom ou mal, intenso ou quase imperceptível. Podemos encontrar indivíduos com pouca sensibilidade, mas, um ser totalmente insensível, parece-nos improvável. É bem verdade que ao observamos algo, ao vemos objetos, ao presenciarmos algum tipo de situação os nossos sentidos sensoriais captam essas informações e nos proporcionam uma interpretação sobre aquilo que estamos percebendo, levando-nos a um sentimento de prazer, de nojo, de aceitação, de indiferença. Toda a vida de uma pessoa está rodeada de sentimentos por coisas, por objetos, por pessoas, por atividades, por situações. Então, é possível afirmamos que nossas decisões são tomadas

tendo como princípio os nossos sentimentos? O que nos faz ter preferências por alguma coisa e por outra não? Por que nos afeiçãoamos a algumas pessoas e outras não? Será que estas preferências estão diretamente ligadas ao sentimento?

A maioria das nossas escolhas tem um profundo envolvimento com as nossas afecções e sentimentos naturais e também com aqueles adquiridos durante nossa vida. É parte da nossa natureza, reflete o nosso interesse por intermédio de associação de ideias e situações apreendidas ou vivenciadas. Em Hume, encontramos explicações de como as decisões dos homens são afetadas pelos sentimentos morais que surgem a partir das paixões engendradas no indivíduo por suas ideias acerca do sentimento de aprovação ou desaprovação com relação as suas ações e qualidades.

O autor questiona no seu livro “Uma investigação sobre os princípios da moral”² o porquê da nossa admiração ao entendermos a influência preponderante dos sentimentos morais em nossa vida, mesmo transparecendo a sua fragilidade e delicadeza, assim é dito por ele: “Por que admirar-se, então, de que os sentimentos morais se revelem como tendo tanta influência na vida, embora brotem de princípios que à primeira vista podem parecer algo frágeis e delicados?”³ Pode-se entender que o ser humano começa a perceber o mundo através dos sentidos sensoriais que vão desencadear nos sentimentos, sentimentos esses fundados nas experiências e nas observações. Todos os dias experimentamos sentimentos diversos que ao serem incorporados a nossa vida, permite-nos ter uma noção de determinada situação e nos auxilia no processo de decisão sobre o que é passível, tanto de nossas atitudes e

2

HUME, David. “ Seção IX, I^a. *Uma investigação sobre os princípios da moral*, pag 134, Unicamp, 2013.

3

Ibid, Seção I, pg.21

quanto das de terceiros, de aprovação ou reprovação. Segundo Hume, esse julgamento está dentro de cada um: “Só a verdade é passível de discussão, não o gosto; o que existe na natureza das coisas é a norma de nosso julgamento, mas a norma do sentimento é o que cada pessoa sente dentro de si mesma.”⁴

Em Adam Smith na sua obra “Teoria dos Sentimentos Morais” verificamos que o sentimento de simpatia é preponderante na formação de nossas condutas morais e da sociedade, e como acontece todo o processo de sentimento que faz com que o espectador procure se colocar no lugar do agente/paciente e, desta forma, identificar se tal situação é aceitável ou não aceitável conforme os seus princípios, ou seja, o princípio pelo qual nos faz aprovar ou desaprovar nossas condutas é o mesmo que utilizamos para aprovamos ou desaprovamos a conduta dos outros.

“Aprovar as opiniões de outro homem é adotar essas opiniões, e adotá-las é aprová-las.... Portanto, todos admitem que aprovar ou desaprovar as opiniões de outros significa apenas observar sua concordância ou discordância com nossas próprias. Contudo, o mesmo caso ocorre com relação a nossa aprovação ou desaprovação dos sentimentos ou paixões dos outros.”⁵

Não há como falar de aprovação ou desaprovação de algo quando não existem sentimentos envolvidos, se os nossos sentimentos não estiverem envolvidos, seremos totalmente indiferentes aos acontecimentos, estaremos apáticos a qualquer tipo de situação ou ato, não seremos atraídos pelo contexto da conversação social no qual se

⁴ HUME, David. “ Seção IX, I^a. *Uma investigação sobre os princípios da moral*, pag 134, Campinas; Unicamp, 2013.

⁵ SMITH, Adam. “ Seção I, cap III”, *Teoria dos sentimentos morais*, pg 18,São Paulo : Martins Fontes, 1999.

desenvolve as trocas e interações e de onde somos vistos e avaliados, portanto, não estaremos inclinados a fazer uma avaliação sobre os acontecimentos.

Para estamos predispostos a realizar a análise de determinada situação e emitir uma opinião, faz-se necessário que haja a participação de nossos sentimentos para termos a dimensão da situação analisada e, desta forma, proferir uma decisão, com a mediação da razão. De acordo com o texto destacado a seguir o autor Adam Smith nos dá uma ideia de como se dá a participação dos sentimentos nos julgamentos que fazemos sobre as ações de outras pessoas e também sobre as nossas:

“Toda faculdade de um homem é a medida pela qual ele julga a mesma faculdade em outro. Julgo sua visão por minha visão, seu ouvido por meu ouvido, sua razão por minha razão, seu ressentimento por meu ressentimento, seu amor por meu amor. Não possuo nem posso possuir nenhum outro modo de julgá-los.”⁶

Agora, retornando ao questionamento de quais são os critérios utilizados por nós para termos simpatia ou antipatia por uma situação ou por outra pessoa? Como esta análise é processada? É bem possível que nesse processo tenha uma significativa participação do sentimento de prazer ou desprazer que as situações nos proporcionam, no entanto, existem muitas outras questões envolvidas nas nossas escolhas e decisões. David Hume, baseando-se na observação e inferências racionais e lógicas, procura demonstra que aquilo que gera aprovação tem uma utilidade escondida, algo digno de aprovação. Entretanto, a utilidade e a razão sozinhas não são suficientes para nos ajudar na distinção entre o bom e o mal, o certo e o errado. Essas distinções são

possíveis quando acrescentamos a esses o sentimento de simpatia que nada mais é do que o princípio da benevolência em ato. E, é pelo sentimento de simpatia que Hume explica os mecanismos que geram os juízos morais de uma maneira natural, os quais são importantes para nos impulsionar à aprovação ou desaprovação de certas ações e atos.

“Parece igualmente que, em nossa aprovação geral de caracteres e costumes, a natureza útil das virtudes sociais não nos motiva em vista de qualquer considerações e interesse próprio, mas tem influência ao bem comum mais ampla e universal. Parece que uma tendência ao bem comum e à promoção da paz, da harmonia e da ordem na sociedade, ao afetar os princípios benevolentes de nossa constituição, sempre nos atrai para o lado das virtudes sociais. E parece, como uma confirmação adicional, que esses princípios de humanidade e simpatia enraízam-se tão profundamente em todos os nossos sentimentos e têm sobre eles uma influência tão poderosa que os levam a promover os mis enérgicos aplausos e censuras.”⁷

Segundo Hume e Adam Smith, é própria da constituição da natureza humana a existência de princípios humanitários, certo grau de benevolência, uma afeição entre os homens, direcionando as preferências dos homens para aquilo que é útil e proveitoso para a humanidade em detrimento daquilo que é prejudicial e perigoso.

A simpatia, de acordo com Hume, é o processo em que o espectador consegue sentir a paixão do outro. É a capacidade de se compreender e perceber o que o outro sente, o que o outro está nos transmitindo. O sentimento do outro é a medida utilizada pelo espectador

⁷ HUME, David. “ Seção V “. *Uma investigação sobre os princípios da moral*, pag 84, Unicamp, 2013.

para poder fazer um julgamento moral, é a partir do outro que o espectador imparcial tem noção do que é aprovável ou do que é reprovável. A simpatia advém naturalmente, é facilitadora do desenvolvimento e é por intermédio dela que vemos o outro e nos importamos com ele. Concluindo, percebemos em Hume que a nossa aprovação ou desaprovação se dá por aquilo que o outro nos apresenta, conforme disposto no excerto abaixo:

“Damos nossa aprovação a alguém por causa de seu espírito, sua polidez, sua modéstia, sua decência ou qualquer qualidade agradável que possua, ainda que não seja nosso conhecido nem tenha jamais proporcionado qualquer agrado por meio dessas aptidões. A ideia que fazemos do efeito que elas têm sobre os que os conhecem exerce uma agradável influência sobre nossa imaginação e produz em nós o sentimento de aprovação. Esse princípio figura em todos os juízos que fazemos acerca de condutas e caracteres.”⁸

Adam Smith procura mostrar também que é por intermédio do processo de simpatia que nos é permitido fazer a distinção dos sentimentos morais, e que é esse mecanismo que utilizamos para aprovarmos ou reprovamos ações e atos dos outros. O processo de simpatia em Adam Smith acontece a partir da imaginação do espectador imparcial ao se colocar no lugar do outro e supor quais sentimentos estariam afetando o outro, provocando, desta forma, o intercâmbio emocional de sentimento entre espectador e agente/paciente, promovendo um sentimento de aprovação ou de reprovação, de aproximação ou de afastamento, mesmo não sendo possível ao observador atingir a mesma intensidade da paixão sentida pelo agente, uma vez que o processo se concretiza por um artifício de imaginação.

Para Adam Smith a simpatia emerge quando percebemos uma consonância de sentimento com o outro. Todos buscam compartilhar os sentimentos e opiniões com os outros na busca de aprovação, esperando que eles sejam aceitos e compreendidos e retribuídos, provocando, desta forma, o prazer da correspondência de sentimentos. O fragmento abaixo nos demonstra a necessidade de procurar a aprovação do outro:

“Mas, seja qual for a causa da simpatia, ou do que a provoca, nada nos agrada mais do que observar em outros homens uma solidariedade com todas as emoções de nosso próprio peito; e nada nos choca mais do que a aparência do contrário.”⁸

Tomadas por considerações e os argumentos apresentados no texto e as ideias apresentadas nos trabalhos de Adam Smith e David Hume, depreende-se que na maioria das situações que exige a emissão de opiniões e/ou julgamento tem na sua textura o envolvimento dos sentimentos e que muitas vezes estão partilhados de esperanças, felicidades, afeições e medos e que outras vezes, somente por hábitos e costumes.

7 Conclusão

A ideia de ordem social espontânea desenvolvida pelos filósofos da escola escocesa de filosofia moral se fundamenta no princípio de que a ação de membros individuais se adaptando às suas respectivas circunstâncias específicas e produzem como resultado geral um conjunto de regularidades positivas não intencionadas por nenhum membro específico da comunidade. Esse princípio se fundamenta, entre

outras, na ideia, hoje amplamente reconhecida, de que sistemas descentralizados são mais aptos para a utilização do conhecimento do que estruturas organizacionais hierárquicas.

A aplicação mais bem sucedida desse princípio pode ser encontrada na teoria econômica moderna para explicar o surgimento de uma ordem econômica funcional e estável a partir da interação pulverizada de agentes econômicos agindo na perseguição de seus interesses particulares.

Mas o nascimento e concepção dessa ideia de ordem social foi o trabalho de muitos pensadores, dentre os quais se destacam os membros da chamada filosofia moral escocesa. O estabelecimento dessas relações entre ações de indivíduos particulares e o surgimento de um resultado geral não intencional foi possível a partir de sofisticados métodos de análise, com base na observação dos fenômenos sociais e das características do comportamento humano e de suas inter-relações.

Adam Smith se notabilizou por seu trabalho “Investigação das Causas da Riqueza das Nações”, considerado o primeiro livro de teoria econômica moderna. Porém, o seu trabalho menos conhecido Teoria dos Sentimentos Morais, traz uma surpreendente visão sobre o comportamento humano e a vida social, introduzindo elementos que ampliam a análise das ações individuais pela investigação dos princípios que os fazem interessarem-se pela sorte dos outros homens.

Essa discussão é relevante pelo resgate que traz ao próprio conceito de ciência social em contraste com o modelo amplamente reconhecido e bem sucedido das ciências naturais. Muitas foram as tentativas de transpor os métodos e critérios das ciências naturais para as

ciências sociais, sem atingir, contudo o sucesso desejado. O conceito de ordem social introduzido pela filosofia moral escocesa é uma das respostas mais bem acabadas a esse dilema metodológico.

Nesse trabalho trazemos à luz um pouco desse enredo, recuperando o conceito de ordem natural espontânea, e comentamos as contribuições de alguns filósofos da escola escocesa de filosofia moral do século XVIII, contrastando com as ideias de um importante interlocutor contemporâneo aos filósofos morais escoceses, Jean Jacques Rousseau, por sua visão crítica, influente e duradoura sobre os problemas da nascente sociedade baseada no comércio (ou mercado).

Nos detivemos com um pouco mais de detalhe sobre a obra de Adam Smith, especialmente a sua Teoria dos Sentimentos Morais, por sua contribuição metodológica sobre os fenômenos do comportamento e da ação humana, objetos primários de estudo das emergentes ciências sociais. Bem como dos seus *insights* sobre os motivos da ação humana, trazendo à luz um aspecto pouco considerado de sua obra, que parece, paradoxalmente, se encaixar do seu sistema analítico, o qual é mais conhecido pela visão mais tradicional que considera os motivos egoístas como os principais norteadores da ação humana.

O Adam Smith da Teoria dos Sentimentos Morais nos mostra que há mais sutilezas a serem consideradas para entender os princípios que norteiam o comportamento humano e suas relações com os resultados gerais que essas ações produzem nos contextos gerais das sociedades.

8 Bibliografia

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia; trad. da 1ª ed. brasileira e coordenação Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Benedetti. - 6ª ed. - São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

FLANDERS, Chad. Review of Dennis C. Rasmussen's The problems and promise of commercial society: Adam Smith's response to Rousseau. U. Park (PA): Pennsylvania State University Press, 2008, 208 pp;

HAYEK, Friedrich A. Estudos em filosofia, política e economia. Capítulo 6: "Os resultados da ação humana, mas não do projeto humano." Routledge: Londres. Ano 1967;

HUME, David. Uma Investigação sobre os Princípios da Moral, Tradutor [Jose Oscar de Almeida Marques](#), Editora UNICAMP. Ano 2013;

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Coleção textos filosóficos. Edições 70. Lisboa, Portugal. Tradução de Morão, Artur.

HUME, David. Resumo de um tratado sobre a natureza humana, edição bilíngue. Editora Paraula. Tradução de Gutiérrez, Rachel e Caio, José Sotero.

MAGEE, Bryan. História da Filosofia, Tradutor: Marcos Bagno, Edições Loyola, São Paulo, Brazil. Ano 1999.

OLIVEIRA, Paulo Eduardo de (org.), Ensaio sobre o pensamento de Karl Popper / Paulo Eduardo de Oliveira (org.). Curitiba: Círculo de Estudos Bandeirantes, 2012.

POPPER, Karl R. A lógica da pesquisa científica. Título do original: The logic of scientific discovery. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix.

REIS, Cláudio. Reis. Unidade e liberdade: o indivíduo segundo Jean-Jacques Rousseau. - Brasília: Ed. UnB: Finatec, 2005.

REIS, Claudio. Rousseau e a arte de observar e julgar os homens. In: Kriterion, Belo Horizonte, nº 5, jun/2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social – Ensaio sobre a Origem das Línguas, Tradução de Lourdes Santos Machado, Coleção Os Pensadores, Editora Nova Cultural Ltda. Ano 1999.

ROUSSEAU. Jean-Jacques. Do contrato social ou Princípios do direito político; trad. Eduardo Brandão; org. e int. Mauricio Cranston. - S. Paulo: Penguins Classics Cia das Letras, 2011.

SAM Fleischacker. (2012) Sympathy in Hume and Smith: A Contrast, Critique and Reconstruction;

SMITH, B. Steven. Introduction to Political Philosophy. Lecture 1 - Introduction: What Is Political Philosophy? [September 11, 2006]. Open Yale Courses. Disponível em: <http://oyc.yale.edu/political-science/plsc-114>

SMITH, Adam. Teoria dos Sentimentos Morais. São Paulo: Martins Fontes, 2002;

STEWART, Dugald. Adam Smith, Biografia Crítica. Introdução à Teoria dos Sentimentos Morais. São Paulo: Mart;

TUGENDHAT, Ernst (Translator: Bernard Schribl). Universalistically Approved Intersubjective Attitudes: Adam Smith. In The Adam Smith Review, Volume I. Edited by Vivienne Brown.

VIVIENNE Brown. (2012) Intersubjectivity and Moral Judgement in Adam Smith's Theory of Moral Sentiments. Em Intersubjectivity and Objectivity in Adam Smith and Edmund Husserl: A Collection of Essays. Editado por Christel Fricke e Dagfinn Follesdal.

DECLARAÇÃO

Eu, Cleide Galvão da Silva, Matrícula 2013/0106208, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado INTERSUBJETIVIDADE, ORDEM SOCIAL E VISÃO DE MUNDO - A CONTRIBUIÇÃO DA FILOSOFIA ESCOCESA DO SÉCULO XVIII foi integralmente por mim redigido, e que assinali devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 07 de dezembro de 2017.

Cleide Galvão da Silva
Matrícula 2013/0106208